

INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E/OU NECESSIDADES ESPECÍFICAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Resumo: A Inclusão da pessoa com deficiência e/ou necessidades específicas na Educação Profissional e Tecnológica pode ser considerado um tema de estudos e pesquisas recente em razão da evolução da legislação educacional brasileira – ainda um pouco pródiga em relação aos níveis mais altos de ensino. Embora a Declaração de Salamanca tenha apresentado os conceitos de Educação Especial e Educação Inclusiva, e este último tenha se popularizado, os processos educativos nas instituições escolares ainda não atuam desta forma, dificultando a participação de todos os estudantes. Garantir esta participação significa reconhecer e valorizar as diferenças humanas que enaltecem a diversidade da beleza dos diferentes povos e buscar mecanismos que diminuam aquelas diferenças provocadas para preservar os abismos socioeconômicos, o preconceito e a intolerância. O objetivo deste macroprojeto é desenvolver estudos e pesquisas sobre a inclusão da pessoa com deficiência e/ou necessidades específicas na Educação Profissional e Tecnológica, se debruçando sobre os seguintes temas e suas relações: Alunos com Deficiência, Transtornos do Espectro Autista e Altas Habilidades/ Superdotação; Transtornos, Distúrbios e Dificuldades de Aprendizagem; Formação de Professores para a Diversidade e Inclusão, entre outros assuntos relacionados. As pesquisas se caracterizarão como quantitativa-qualitativas ou qualitativas, do tipo descritiva, exploratória ou descritiva e exploratória, usando métodos como estudo de caso, pesquisa participante, pesquisa colaborativa, história de vida, pesquisa-ação, quase experimental, pesquisa bibliográfica, pesquisa bibliométrica, pesquisa documental, entre outros. A coleta dos dados poderá fazer uso de grupos focais, entrevistas individuais, análise de documentos, análise de publicações científicas, gravação em audiovisual, questionários etc. A análise dos dados será mediante a Análise do Conteúdo de Bardin, Análise do Discurso de Bakhtin e Análise Textual Discursiva. Espera-se que a produção do conhecimento seja publicizado por meio da publicação de dissertações, artigos e livros, e criação de produtos educacionais como cartilhas, manuais, vídeos, músicas, jogos, orientações didático-pedagógicas, sequências didáticas etc.

Palavras-chave: Diversidade; Inclusão; Educação Profissional e Tecnológica.

Introdução

A inclusão das pessoas com deficiência (PcD) e com necessidades específicas na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) pode ser considerados um campo recente de estudos e pesquisas em razão da maneira como a legislação educacional brasileira evoluiu desde a promulgação da Declaração de Salamanca (BRASIL, 1994). Na verdade, uma rápida busca nos *sítes* e documentos governamentais nos apresenta

alguns aspectos que merecem atenção: o esvaziamento dos sentidos e significados da educação inclusiva ao longo dos anos na medida em que o público a ser atendido com recursos diferenciados nas escolas foi definido (alunos com deficiência, transtornos do espectro autista ou altas habilidades/ superdotação), e uma grande centralização de leis, decretos, resoluções e orientações didático-pedagógicas voltadas para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental I.

Isto significa que o Ensino Médio, a Educação Profissional e Tecnológica e o Ensino Superior são bastante pródigos em relação à legislação e orientações didático-pedagógicas voltadas para estudantes destas faixas etárias, apresentando de uma maneira concreta toda a descrença nas habilidades e capacidades das pessoas com deficiência, impondo barreiras em seu acesso e permanência nos sistemas de ensino. Ademais, também barrando possibilidades de se profissionalizar e assumir sua função social na comunidade.

A Declaração de Salamanca (BRASIL, 1994) trouxe dois conceitos importantes para a concretização de um modelo de educação democrática de fato: o conceito de Educação Especial e o conceito de Educação Inclusiva, que embora sejam isomórficos em muitos aspectos, se referem a processos diferentes. O primeiro – Educação Especial – se refere à uma pedagogia que faz uso de diferentes recursos humanos e materiais em razão das condições físicas e intelectuais dos sujeitos. Isso significa a participação de intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (Libras) e guias-intérpretes, de revisores de Braille, aquisição de materiais como computadores adaptados, impressoras Braille, lápis e canetas sextavados e com pontas mais grossas, mesas e cadeiras adaptadas, treinamento de professores e dos funcionários das instituições escolares para atender às demandas dos alunos que necessitam destes recursos, aquisição de talheres adaptados, desenvolvimento de Planos de Ensino Individualizado (PEI) e adaptação de currículos, materiais, aulas, avaliações, entre outros.

Portanto, o conceito de Educação Especial se refere à nova organização que a instituição escolar deve assumir para poder garantir o acesso e a permanência nos estudos dos alunos que apresentem quadros de deficiência, transtornos do espectro autista ou altas habilidades/ superdotação.

Já o conceito de Educação Inclusiva é muito mais amplo e complexo, pois se refere ao atendimento educacional de todos os alunos, independente de suas

condições. Ou seja, a Educação Inclusiva é para todos os alunos. Segundo o texto da referida declaração,

O princípio que orienta esta Estrutura é o de que escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas ou outras. Aquelas deveriam incluir crianças deficientes e super-dotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias lingüísticas, étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos desvantajados ou marginalizados. Tais condições geram uma variedade de diferentes desafios aos sistemas escolares. No contexto desta Estrutura, o termo "necessidades educacionais especiais" refere-se a todas aquelas crianças ou jovens cujas necessidades educacionais especiais¹ se originam em função de deficiências ou dificuldades de aprendizagem. Muitas crianças experimentam dificuldades de aprendizagem e, portanto, possuem necessidades educacionais especiais em algum ponto durante a sua escolarização. Escolas devem buscar formas de educar tais crianças bem-sucedidamente, incluindo aquelas que possuam desvantagens severas. [...] (BRASIL, 1994, p. 3)

Conforme podemos observar, a citação acima aponta a importância de se observar o quão heterogêneo é o público a ser atendido pela escola, o quanto esta heterogeneidade traz especificidades para dentro dos processos educativos, e a importância de se buscar metodologias de ensino que favoreçam a aprendizagem de todos os alunos – mesmo aqueles em condições bastante complexas. O recorte ainda traz o reconhecimento de que esta heterogeneidade e suas especificidades são grandes desafios para a escolarização sob muitos aspectos.

Outro ponto que necessita de atenção em relação ao texto da Declaração de Salamanca (BRASIL, 1994) é o fato de que ela se refere às crianças na maioria das vezes, abordando muito pouco a adolescência e não mencionando a juventude e a vida adulta. Isso pode ter provocado uma interpretação errônea sobre a faixa etária a qual se destina tanto a Educação Especial quanto a Educação Inclusiva. De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008, p.16),

A educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os serviços e recursos próprios desse atendimento e orienta os alunos e seus professores quanto a sua utilização nas turmas comuns do ensino regular.

¹ Terminologia utilizada na época da escrita da referida declaração.

Portanto, a Educação Especial, enquanto pedagogia que faz uso de recursos humanos e materiais específicos a fim de atender especificidades que os alunos possam necessitar, deve ser implementada em todos os níveis e modalidades de ensino – educação básica: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, nas modalidades educação profissional e tecnológica e educação de jovens e adultos; ensino superior e pós-graduação.

Já em relação à Educação Inclusiva, a citada política afirmou que

[...] A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à idéia de eqüidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola. (BRASIL, 2008, p. 1)

Deste modo, tanto a Educação Especial quanto a Educação Inclusiva são novos modelos educacionais que devem ser assumidos por todas as instituições de ensino, em todos os níveis e modalidades.

Frente a estes aspectos, a presente pesquisa – compreendida como um macroprojeto – pretende se debruçar sobre o universo da educação profissional e tecnológica em busca de implementar e/ou aperfeiçoar as ações afirmativas que visam atender a heterogeneidade dos alunos, garantindo-lhes acesso e permanência na escolarização. Assim, terá como objetos de estudo e análise os seguintes temas e suas relações:

- Alunos com Deficiência, Transtorno do Espectro Autista e Altas Habilidades/Superdotação;
- Transtornos, Distúrbios e Dificuldades de Aprendizagem;
- Formação de Professores para a Diversidade e Inclusão.

Justificativa

Os estudos e pesquisas sobre a inclusão de PcD e/ou necessidades específicas na educação se justificam em razão da heterogeneidade da existência humana, suas muitas culturas, organização social, a forma de se relacionar com o mundo que nos cerca e os panoramas sociais e políticas contemporâneos. E é justamente esta heterogeneidade que ora nos une, ora nos afasta devido às diferentes concepções que povos distintos podem ter sobre um mesmo aspecto ou objeto.

Para Gusmão (2000), lidar com a diversidade é um dos grandes desafios da escola porque coloca cada sujeito – criança, adolescente, jovem ou adulto – em contato direto com o outro que lhe é tão distinto em suas crenças, conhecimentos, condições de vida e forma de se relacionar com o mundo. De acordo com a autora,

A alteridade revela-se no fato de que o que eu sou e o outro é não se faz de modo linear e único, porém constitui um jogo de imagens múltiplo e diverso. Saber o que eu sou e o que o outro é depende de quem eu sou, do que acredito que sou, com quem vivo e por quê. Depende também das considerações que o outro tem sobre isso, a respeito de si mesmo, pois é nesse processo que cada um se faz pessoa e sujeito, membro de um grupo, de uma cultura e sociedade. Depende também do lugar a partir do qual nós nos olhamos. Trata-se de processos decorrentes de contextos culturais que nos formam e informam, deles resultando nossa compreensão de mundo e nossas práticas frente ao igual e ao diferente. (GUSMÃO, 2000, p. 12).

Conforme podemos observar na bela citação acima, o exercício da alteridade exige compreensão de quem eu sou e de quem o outro é, sem negar a existência (dele e minha) e reconhecendo ambos como parte de um grupo (do mesmo ou de grupo diferente). Em outras palavras, significa aceitação, tolerância e respeito mútuo.

Gusmão (2000) também apontou que a diversidade presente na sociedade reflete as relações de poder e a maneira como estas influenciam nossa maneira de ser e de coexistir com os outros. Portanto, a escola se torna um locus importante no movimento de se conhecer e compreender a maneira como estas relações de poder podem ser instrumentos de segregação, e de refletir sobre a maneira como a segregação pode contribuir para gerar conflitos tendo as diferenças como justificativa.

E é neste ponto que a EPT vai ao encontro da diversidade ao assumir entre os seus princípios previstos no artigo 3º da Resolução CNE/CP nº 1/2021 (BRASIL, 2021), a qual definiu as diretrizes gerais para esta modalidade de educação:

[...]

III - interdisciplinaridade assegurada no planejamento curricular e na prática pedagógica, visando à superação da fragmentação de conhecimentos e da segmentação e descontextualização curricular;

IX - utilização de estratégias educacionais que permitam a contextualização, a flexibilização e a interdisciplinaridade, favoráveis à compreensão de significados, garantindo a indissociabilidade entre a teoria e a prática profissional em todo o processo de ensino e aprendizagem;

X - articulação com o desenvolvimento socioeconômico e os arranjos produtivos locais;

XI - observância às necessidades específicas das pessoas com deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e altas habilidades ou superdotação, gerando oportunidade de participação plena e efetiva em igualdade de condições no processo educacional e na sociedade;

XII - observância da condição das pessoas em regime de acolhimento ou internação e em regime de privação de liberdade, de maneira que possam ter acesso às ofertas educacionais, para o desenvolvimento de competências profissionais para o trabalho;

XIII - reconhecimento das identidades de gênero e étnico-raciais, assim como dos povos indígenas, quilombolas, populações do campo, imigrantes e itinerantes;

XIV - reconhecimento das diferentes formas de produção, dos processos de trabalho e das culturas a elas subjacentes, requerendo formas de ação diferenciadas;

[...]

De acordo com o recorte da atual Diretriz Curricular para a Educação Profissional e Tecnológica acima apresentado, o atendimento à diversidade é parte da atuação educacional das instituições que a ofertam, a fim de garantir que todos tenham seu acesso e permanência na escolarização garantidos, assim como formação para o mercado de trabalho.

Com base no exposto, o desenvolvimento de estudos e pesquisas se justifica em razão do reconhecimento das PcD como sujeito de direito, da heterogeneidade humana e sua diversidade, e da maneira como as diferenças interagem nos diferentes contextos sociais – como o mundo do trabalho e o mercado de trabalho no que diz respeito à EPT.

Fundamentação Teórica

Para compreendermos diversidade, é preciso compreender os sentidos e significados da diferença. De acordo com Brah (2006), refletir sobre os muitos significados do conceito de diferença não é o suficiente para compreendermos como percebemos a diferença no outro. O citado pesquisador fez algumas indagações pertinentes em relação a este fato:

[...] Como a diferença designa o “outro”? Quem define a diferença? Quais são as normas presumidas a partir das quais um grupo é marcado como diferente? Qual é a natureza das atribuições que são levadas em conta para caracterizar um grupo como diferente? Como as fronteiras da diferença são constituídas, mantidas ou dissipadas? Como a diferença é interiorizada nas paisagens da psique? Como são os vários grupos representados em diferentes discursos da diferença? A diferença diferencia lateral ou hierarquicamente? [...] (BRAH, 2006, p. 359).

Portanto, a definição de diferença é muito mais complexa que identificar e nomear cores de pele. E, ao imergir neste debate, o referido pesquisador propôs

pensar a diferença a partir de 4 aspectos: “[...] diferença como experiência, diferença como relação social, diferença como subjetividade e diferença como identidade.” (BRAH, 2006, p. 359).

Em relação ao conceito de diferença como experiência, Brah (2006) pontuou que a experiência é o lócus de formação do sujeito/ indivíduo, e que é por meio das situações simultâneas que este vivencia que adquire os sentidos e significados das relações socioeconômicas e culturais que permeiam a vida em sociedade. Assim, percebe as situações cotidianas através do filtro de suas vivências e conhecimentos, estabelecendo as diferenças a partir disto. E estas diferenças são percebidas pelo modo como o outro se veste, se comporta, se alimenta, se relaciona etc.

Já sobre o conceito de diferença como relação social, o pesquisador abordou a maneira como as relações econômicas são responsáveis pelas articulações das relações pessoais dentro das sociedades, instituindo diferenças entre os sujeitos – quem tem mais, quem tem menos, e como esses fatores aproximam e organizam os sujeitos. E quanto ao conceito de diferença como subjetividade, Brah (2006) abordou que sua constituição é, ao mesmo tempo, social (experiências e vivências) e individual (maneira como o sujeito adquiriu conhecimentos a partir das experiências e vivências), fazendo com que cada pessoa assuma posições bastante específicas ao longo da vida, ainda que adquiridas por meio de experiências sociais.

E por fim, sobre diferença como identidade, Brah (2006) afirmou que a formação da identidade está ligada às experiências vividas, à subjetividade e às relações sociais estabelecidas. E como a identidade é constituída pelas múltiplas posições que o sujeito assume ao longo de sua vida, ela deve ser compreendida como uma “[...] multiplicidade relacional em constante mudança. [...]” (BRAH, 2006, p. 371). Portanto a diferença como identidade se determina pelos discursos presentes no grupo social (identidade coletiva) ou assumidos pelo sujeito (identidade individual).

Na atualidade, embora as PcD encontrem seus direitos protegidos por lei, principalmente após a promulgação da Lei n. 13.146/2016 (BRASIL, 2016), a qual ficou nacionalmente conhecida como a Lei Brasileira de Inclusão, a história das lutas desta parcela específica da população é bastante marcada pela morte e abandono ao longo do tempo, com registros tristes e cruéis desde os primórdios. No entanto, foi com a luta de familiares, profissionais e das próprias PcD que estas últimas passaram a ter seus direitos atendidos e passaram a serem inclusas na vida em sociedade.

Neste panorama, as instituições escolares se apresentam como um espaço privilegiado para acolher e formar alunos por meio da convivência educativa, proporcionar um debate rico e mediador, valorizar as diferenças que importam e buscar mecanismos para diminuir aquelas que são prejudiciais – como as diferenças socioeconômicas. Para tanto, é preciso que estas instituições se preparem e se organizem a fim de proporcionar uma educação inclusiva de fato para todos os alunos.

Conforme pontuou Prioste (2006), inclusão significa inserir, envolver, fazer parte de algo. Portanto, a organização da educação inclusiva necessita conhecer as necessidades educativas de todos os alunos e proporcionar práticas pedagógicas nas quais todos possam participar independentemente de suas condições.

Entretanto, conforme Rodrigues (2006), embora o termo inclusão tenha se popularizado, incluir e estar incluído é bastante complexo e abrangente, principalmente em relação à educação formal. De acordo com o pesquisador

O conceito de inclusão no âmbito específico da educação implica, antes de mais, rejeitar, por princípio, a exclusão (presencial ou acadêmica) de qualquer aluno da comunidade escolar. Para isso, a escola que pretende seguir uma política de educação inclusiva (EI) desenvolve políticas, culturas e práticas que valorizam a contribuição ativa de cada aluno para a formação de um conhecimento construído e compartilhado – e, desta forma, atinge a qualidade acadêmica e sociocultural sem discriminação. (RODRIGUES, 2006, p. 301).

Assim sendo, os processos que envolvem o respeito à diversidade e a inclusão escolar de todos os alunos caminham juntos e implicam em mudanças significativas na forma de ser escola, reconstruindo as políticas de atuação escolar a fim de garantir tanto mecanismos para uma cultura de paz quanto a promoção de reflexões sobre a origem de algumas diferenças que são provocadas justamente para a manutenção da segregação, instigar o conflito e gerar lucro por meio dele.

Com base no exposto, este macroprojeto tem a pretensão de se dedicar a estudos e pesquisas que tenham como objeto processos de inclusão de PcD e/ou necessidades específicas na Educação Profissional e Tecnológica, com a finalidade de produzir conhecimento que valorizem as diferenças que reflitam a beleza da diversidade humana e buscar reduzir aquelas que a desumaniza.

Objetivo Geral

Desenvolver estudos e pesquisas sobre a inclusão de PcD e/ou necessidades específicas na Educação Profissional e Tecnológica.

Metodologia da execução do macroprojeto

Este macroprojeto será desenvolvido por meio de pesquisas, estudos, atividades e eventos de extensão que tenham como objeto a inclusão. Desta forma, estarão relacionadas as pesquisas e produtos educacionais desenvolvidos pelos mestrandos e orientandos dos demais níveis de ensino que venham a participar desta proposta.

Tendo como área principal as Ciências Humanas, as pesquisas desenvolvidas se caracterizarão como quantitativa-qualitativas ou qualitativas, do tipo descritiva, exploratória ou descritiva e exploratória, usando métodos como estudo de caso, pesquisa participante, pesquisa colaborativa, história de vida, pesquisa-ação, quase experimental, pesquisa bibliográfica, pesquisa bibliométrica, pesquisa documental, ou outro que se fizer necessário para alcançar os objetivos propostos.

A coleta dos dados poderá fazer uso de grupos focais, entrevistas individuais, análise de documentos, análise de publicações científicas, gravação em audiovisual, questionários etc.

A análise dos dados será mediante a Análise do Conteúdo de Bardin, Análise do Discurso de Bakhtin e Análise Textual Discursiva.

Acompanhamento e avaliação do projeto durante a execução

O acompanhamento dos projetos desenvolvidos ligados a este macroprojeto se dará por meio da análise da produção dos mestrandos e demais orientandos e suas futuras publicações em revistas qualificadas, livros, participação em eventos etc., e a avaliação dos produtos educacionais desenvolvidos.

Referências

BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, p. 329-376, 2006. Disponível em <https://www.scielo.br/j/cpa/a/B33FqnvYyTPDGwK8SxCPmhy/?lang=pt>. Acesso em 30 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução nº 1 de 5 de janeiro de 2021. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Disponível em <https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-1-de-5-de-janeiro-de-2021-297767578>. Acesso em 29 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Declaração de Salamanca: sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. 1994. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em 23 set 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. 2008. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducoespecial.pdf>. Acesso em 29 nov. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Lei n. 13.146 de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei Brasileira de Inclusão). Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em 30 abr 2023.

GUSMÃO, N. M. M. Desafios da diversidade na escola. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, v. 5, n. 2, p. 9-28, 2000. Disponível em <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/9158>. Acesso em 29 nov. 2021.

PRIOSTE, C. D. **Diversidade e Adversidades na escola**: queixas e conflitos de professores frente à educação inclusiva. 2006. 83f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, USP, 2006. Disponível em <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-05122007-101058/en.php>. Acesso em 30 nov. 2021.

RODRIGUES, D. Dez ideias (mal) feitas sobre a educação inclusiva. In: **Inclusão e Educação**: Doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006.